030. HABEAS CORPUS 0060005-56.2018.8.19.0000 Assunto: Homicídio Qualificado / Crimes contra a vida / DIREITO PENAL Origem: CAPITAL 4 VARA CRIMINAL Ação: 0002087-17.2002.8.19.0207 Protocolo: 3204/2018.00615312 - IMPTE: DANIEL RENATO PERES TORALLES IMPTE: FÁBIO RICARDO TRINDADE PORCYUNCULA OAB/RS-098948 IMPTE: LILIAN AVILA FURTADO OAB/RS-069956 PACIENTE: BRUNO THIAGO CURY SABA AUT.COATORA: JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DA CAPITAL CORREU: THEREZA DE JESUS CURY **Relator: DES. CAIRO ITALO FRANÇA DAVID** Funciona: Ministério Público Ementa: EMENTA Habeas Corpus. Tribunal do Júri. Alegação de constrangimento ilegal decorrente da manutenção da prisão preventiva decretada em desfavor do paciente em 03/10/2017. Liminar indeferida. Parecer da Procuradoria de Justiça no sentido da denegação da ordem. 1. O paciente foi denunciado e pronunciado pela prática, em tese, do crime previsto no artigo 121, § 2º, incisos I e II, na forma do artigo 29, ambos do Código Penal. 2. Trata-se de acusado com quadro de sérios problemas psiquiátricos, com necessidade de medicamentos e que esteve foragido, durante anos, na Argentina. Há notícias de que as testemunhas ainda estão atemorizadas e temem que o mesmo seja posto em liberdade. 3. A sessão plenária designada para o dia 03/12/2018 foi adiada em razão da ausência do acusado, bem como de sua defesa técnica. 4. No presente caso, o douto Magistrado de 1º grau, em 07/11/2018, indeferiu o novo pleito libertário formulado pela defesa do paciente, de forma fundamentada, em consonância com o disposto no artigo 93, inciso IX, da CRFB/88. 5. Segundo se extrai dos elementos constantes dos autos, estão presentes os pressupostos legais autorizadores do encarceramento, não subsistindo qualquer violação ao princípio da presunção de inocência, não se mostrando suficientes, no caso concreto, outras medidas cautelares. 6. A análise das demais questões abordadas na inicial necessita de exame aprofundado dos fatos e das provas, eis que se confundem com o mérito da causa da ação penal originária, o que é vedado na via estreita do habeas corpus. 7. Não se vislumbra qualquer ilegalidade ou arbitrariedade. 8. Ordem denegada, confirmando-se a liminar, contudo, no tocante à determinação do imediato recambiamento do acusado, ora paciente, para presídio neste Estado da Federação, bem como para recomendar à autoridade apontada como coatora que ele receba todo o tratamento que necessitar em virtude dos problemas psiquiátricos apresentados. Conclusões: ACORDAM os Desembargadores que integram a Quinta Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, por unanimidade, em denegar a ordem, nos termos do voto do Relator, confirmando-se a liminar, contudo, no tocante à determinação do imediato recambiamento do acusado, ora paciente, para presídio neste Estado da Federação, bem como para recomendar à autoridade apontada como coatora que o acusado receba todo o tratamento que necessitar em virtude dos problemas psiquiátricos apresentados. Oficie-se.

031. HABEAS CORPUS 0060413-47.2018.8.19.0000 Assunto: Progressão de Regime / Progressão de Regime / Pena Privativa de Liberdade / Execução Penal / DIREITO PROCESSUAL PENAL Origem: CAPITAL VARA DE EXEC PENAIS Ação: 0365111-11.2004.8.19.0001 Protocolo: 3204/2018.00619754 - IMPTE: MARCIO FERNANDES RIBEIRO OAB/RJ-135933 PACIENTE: WALLACE DE SOUZA RIBEIRO (RG 21299840-5) AUT.COATORA: JUIZO DE DIREITO DA VARA DE EXECUÇÕES PENASIS **Relator: DES. MARCELO CASTRO ANATOCLES DA SILVA FERREIRA** Funciona: Ministério Público Ementa: HABEAS CORPUS. IMPETRAÇÃO OBJETIVANDO A NULIDADE DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR POR AFRONTA AOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA AMPLA DEFESA E DO CONTRADITÓRIO. NULIDADE QUE MERECE SER RECONHECIDA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. Conclusões: ACORDAM os Desembargadores que integram a Quinta Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, por unanimidade de votos, EM CONCEDER A ORDEM, para declarar a nulidade do procedimento disciplinar, afastando-se os seus regulares efeitos, nos termos do voto do Desembargador Relator. Oficie-se.

032. HABEAS CORPUS 0061556-71.2018.8.19.0000 Assunto: Tráfico de Drogas e Condutas Afins / Crimes de Tráfico Ilícito e Uso Indevido de Drogas / Crimes Previstos na Legislação Extravagante / DIREITO PENAL Origem: PORCIUNCULA VARA ÚNICA Ação: 0031187-52.2018.8.19.0014 Protocolo: 3204/2018.00631393 - IMPTE: ANDERSON COSME DOS SANTOS FERREIRA OAB/RJ-157980 PACIENTE: WILLY AVELINO DOS SANTOS AUT.COATORA: JUIZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE PORCIUNCULA **Relator: DES. MARCELO CASTRO ANATOCLES DA SILVA FERREIRA** Funciona: Ministério Público Ementa: HABEAS CORPUS. ARTIGO 33, CAPUT, DA LEI 11.343/06. IMPETRAÇÃO OBJETIVANDO A REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS AUTORIZADORES DA CONSTRICÇÃO CAUTELAR. CONCESSÃO PARCIAL DA ORDEM. Conclusões: ACORDAM os Desembargadores que integram a Quinta Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, por unanimidade de votos, EM CONCEDER PARCIALMENTE A ORDEM, para deferir a liberdade ao paciente com aplicação das medidas cautelares de comparecimento mensal ao Juízo até o dia 10 e a todos os atos do processo, não ausentar-se da Comarca por mais de 08 dias sem prévia autorização judicial e não mudar-se de endereço sem comunicar ao Juízo, com expedição de alvará de soltura, nos termos do voto do Desembargador Relator. Oficie-se à Vara de Origem para atualização do BNMP.

033. HABEAS CORPUS 0062284-15.2018.8.19.0000 Assunto: Visita Periódica ao Lar / Saída Temporária / Pena Privativa de Liberdade / Execução Penal / DIREITO PROCESSUAL PENAL Origem: CAPITAL VARA DE EXEC PENAIS Ação: 0105837-80.2016.8.19.0001 Protocolo: 3204/2018.00639085 - IMPTE: ROGER COUTO DOYLE FERREIRA OAB/RJ-129997 PACIENTE: JORLAN BATISTA DA SILVA (RG-0294974837) AUT.COATORA: JUIZO DE DIREITO DA VARA DE EXECUÇÕES PENASIS **Relator: DES. CAIRO ITALO FRANÇA DAVID** Funciona: Ministério Público Ementa: EMENTA Habeas Corpus. Execução Penal. Alegação de constrangimento ilegal por retardo na apreciação de direitos inerentes à execução penal. Liminar indeferida. Parecer da Procuradoria de Justiça pela denegação da ordem, com a ressalva de que seja recomendado ao Juízo a quo brevidade na apreciação do feito. 1. Infere-se das informações prestadas pela autoridade coatora, que a Defesa do paciente foi intimada para instruir o pedido da VPL com documentos, para posterior encaminhamento ao Ministério Público e posterior decisão. 2. Assim, não se verifica, por ora, demora injustificada a caracterizar o constrangimento ilegal alegado pelo impetrante. 3. Não se constata, destarte, a existência de qualquer ato ilegal ou arbitrário. 4. Ordem denegada, recomendando-se que a análise dos direitos do paciente se faça no menor prazo possível. Conclusões: ACORDAM os Desembargadores que integram a Quinta Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, por unanimidade, em denegar a ordem, nos termos do voto do Relator. Recomendando-se a maior urgência possível na apreciação da pretensão defensiva. Oficie-se.

034. HABEAS CORPUS 0062625-41.2018.8.19.0000 Assunto: Incêndio / Crimes contra a Incolumidade Pública / DIREITO PENAL Origem: SANTA CRUZ REGIONAL 1 VARA CRIMINAL Ação: 0261668-53.2018.8.19.0001 Protocolo: 3204/2018.00643294 - IMPTE: EDUARDO JANUARIO NEWTON (DPGE/MAT/969600-6) PACIENTE: JOSE ANTONIO DA SILVA AUT.COATORA: JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CRIMINAL DA REGIONAL DE SANTA CRUZ **Relator: DES. MARCELO CASTRO ANATOCLES DA SILVA FERREIRA** Funciona: Ministério Público e Defensoria Pública Ementa: HABEAS CORPUS. ARTIGOS 121, § 2º, I E III, C/C 14, II, E, 250, § 1º, "A", TODOS DO CÓDIGO PENAL. IMPETRAÇÃO OBJETIVANDO O RELAXAMENTO DE PRISÃO PREVENTIVA DO PACIENTE. ALEGAÇÃO DE USO ABUSIVO DE ALGEMAS E DECISÃO MONOCRÁTICA NÃO FUNDAMENTADA. PRESENÇA DOS REQUISITOS AUTORIZADORES DO DECRETO DA CONSTRICÇÃO CAUTELAR. DECISÃO EM CONSONÂNCIA COM O ARTIGO 93, IX, CF. DENEGAÇÃO DA ORDEM. Conclusões: Acordam os Desembargadores que integram a Quinta Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, por unanimidade de votos, EM DENEGAR A ORDEM, nos termos do voto do Desembargador Relator.